



# Prefeitura Municipal de Vinhedo

## Secretaria de Fazenda

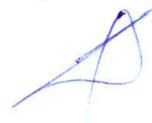
### Ata da Audiência Pública da Secretaria de Fazenda para Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre/2018 e Apresentação da LOA 2019

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 10h00, no Auditório do Centro de Convivência, com a presença dos abaixo assinados, deu-se início à Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre/2018 e à apresentação das metas da Lei de Orçamentária Anual (LOA) para o exercício 2019. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, Sr. Vereador Eduardo Cesar Gelmi abriu a seção cumprimentando a todos os presentes e ressaltando o objetivo e o embasamento legal da seção. Estiveram presentes o Sr. Vereador Rodrigo José Paixão, o Sr. Vereador Edson Florindo Pereira (Edson PC), o Sr. Jorge Roberto Torrezin, Secretário de Fazenda, o Sr. José Carlos Meneghesso, Diretor Tributário da Secretaria de Fazenda, o Sr. Gildo Canteli, Assessor Econômico e Financeiro do Município, o Sr. Eduardo Josapha, Diretor Contábil da Secretaria de Fazenda, o Sr. José Ferreira Názara Jr., Diretor de Planejamento; na plateia, estavam presentes, o Sr. Thiago Rodrigues Silva, Diretor Administrativo da Secretaria de Fazenda, o Sr. Alberto Camargo, Assessor Econômico da SANEBAVI e o Sr. Gustavo Cardoso, Gerente Contábil da SANEBAVI. O Presidente da Comissão, Sr. Vereador Eduardo Cesar Gelmi, passou a palavra ao Sr. Jorge Roberto Torrezin que cumprimentou os presentes, apresentou-se e explicou a metodologia adotada na condução da seção. Em seguida, passou a palavra ao Sr. José Carlos Meneghesso que cumprimentou a todos, se apresentou e iniciou a explanação referente às Receitas do Município. Apresentou o quadro "Receitas - Balanço Orçamentário Consolidado - Até agosto/2018" e apontou a previsão inicial das receitas correntes estimada (R\$489.836.743,67), a previsão atualizada (R\$491.769.651,12) e a executada até agosto/2018 (R\$331.711.574,02), juntamente com o percentual entre receita executada e receita atualizada (67,7%) que se encontra próximo do previsto. O Sr. José Carlos mencionou ainda que a receita líquida realizada até o momento é de R\$298.225.818,54, ou seja, o total de retenções para o FUNDEB, portanto, chegou a R\$33.485.755,48 até agosto/2018, representando 68,21% da previsão atualizada. Dentre as receitas correntes líquidas, o Sr. José Carlos elencou a Receita de Serviços (R\$20.782.823,76) e a Receita Tributária Executada (R\$81.178.540,58), composta por impostos (IPTU, ISS e ITBI), taxas e Contribuição de Melhoria, e ressaltou a melhora na arrecadação de ITBI e o salto de 271,45% no valor executado, em Contribuição de Melhoria, alavancada pela Contribuição da Iluminação Pública (CIP). Na sequência, o Sr. José Carlos apresentou as Transferências Correntes, dando ênfase às da União, do Estado e do

FUNDEB, executados em 62,9%, 65,54% e 66,44%, respectivamente. O Sr. José Carlos apontou que o total das receitas da Prefeitura e da SANEBAVI são apresentadas separadamente, sendo a Receita Total da Prefeitura executada R\$278.072.355,10 e a da SANEBAVI R\$25.374.803,24. Em seguida, o Sr. José Carlos apresenta um quadro referente à evolução de receita por tipo de tributo de 2015 a 2018, no qual consta aumento da receita de IRRF, IPTU, ITBI e ISSQN em 5,20%, 3,49%, 20,61% e 16,79%, respectivamente. Ressaltou também o baixo percentual de aumento da cota do ICMS (2,04%), que até o momento apresentado foi de R\$123.823.652,29, que representa o atual Índice de Participação dos Municípios (IPM) de Vinhedo, que é de 0,54%. O Sr. José Carlos justificou que a redução do IPM se deu em virtude da saída de uma forte empresa da cidade, que resultou na queda do PIB vinhedense, e o crescimento populacional acima da média estadual que ainda não foi atualizada e, portanto, o reflexo no ICMS será notado apenas em 2021, quando houve atualização do censo. Continuando sua fala, o Sr. José Carlos apontou a redução de 14,06% na dívida ativa e abriu espaço para perguntas sobre o que havia sido apresentado até o momento. O Sr. Eduardo Gelmi comentou que ainda que tenha ocorrido uma perda no que diz respeito à arrecadação em virtude do que foi mencionado, contrariando o crescimento esperado proporcionalmente ao aumento populacional, é possível considerar que os números são positivos. O Sr. Eduardo Gelmi perguntou ao Sr. Eduardo Josapha sobre a aprovação do orçamento municipal. O Sr. Eduardo Josapha, por sua vez, localizou o arquivo a fim de garantir o fornecimento da informação fidedigna e anunciou que o orçamento previsto oficial foi de aproximadamente R\$490 milhões. Em seguida, o Sr. Eduardo Gelmi mencionou que o IPTU tem sua maior parte arrecadada no primeiro trimestre do ano e questiona se o orçamento atingirá o estimado até o mês de dezembro. O Sr. Gildo Canteli pediu a palavra e declarou existe a prática de efetivar um estudo cauteloso a fim de se evitar grande divergência entre previsto e real, e que a receita apenas da prefeitura foi estimada em R\$401.962.250,07 e análises posteriores indicaram a possibilidade desta chegar a R\$403.762.385,10, ou seja, um superávit de mais de 2 milhões de reais. Feito o esclarecimento, o Sr. Gildo retomou a questão do Sr. Eduardo Gelmi, corroborando com as informações mencionadas no questionamento, informou que apenas no primeiro quadrimestre deste ano foram arrecadados cerca de R\$148 milhões, ou seja, 36,75% do total previsto, superando os 33% estimados e que, no segundo quadrimestre, foram arrecadados mais R\$129 milhões, aproximadamente, que corresponde a 31,99% do valor total previsto. O Sr. Gildo completou que para o terceiro quadrimestre a previsão de arrecadação é de cerca de R\$126 milhões, 31,26% do total orçado, chegando então aos quase R\$402 milhões estimados inicialmente e, somando os R\$1,8 milhões de receita de capital que pode ou não ser arrecadada e os R\$402 mil de receita corrente líquida, tem-se os R\$403,8 milhões anteriormente citados, resultando nesse superávit que não ocorria a cerca de quatro anos. O Sr. Eduardo Gelmi elogiou a conduta do Sr. Gildo ao separar a receita corrente líquida da receita de capital, que é um ganho

incerto, e considerou os números apresentados pelo Sr. Gildo positivos, levando em consideração a atual situação do país. O Sr. Eduardo Gelmi mencionou que o orçamento para o presente ano, apesar e enxuto, foi deficitário. O Sr. Gildo explicou que pode ser que exista a dotação, conforme prevista em orçamento, porém, no momento da execução, pode não existir receita. Além disso, relatou que essa situação se mostrou mais nítida em virtude da crise econômica acima das expectativas que atingiu o país, gerando um déficit para o Governo Federal de cerca de R\$140 bilhões, mas que, ainda assim o município tem conseguido manter o controle e, inclusive, efetuar o pagamento das dívidas remanescentes parceladas com as empresas. O Sr. Eduardo Gelmi ressaltou a SANEBAVI não entra na receita de capital e possui orçamento próprio. O Sr. Vereador Rodrigo Paixão pede a palavra, cumprimenta a todos, pedindo desculpas por precisar se ausentar em seguida e comentou sobre a importância dos números do orçamento serem realistas, a fim de evitar a superestimação da receita e nortear o planejamento; além disso, ressaltou que Vinhedo, apesar de inevitavelmente ter sofrido com a dívida, não é uma cidade tão vulnerável quanto outras do país, já que possui outros mecanismos para compensar uma crise, ou seja, possui outras fontes de receita e não depende de fontes voláteis. O Sr. Rodrigo também salientou que a arrecadação de 2013 foi um evento inusitado, porém ao analisar toda a década, é possível perceber uma tendência de estabilidade, embora o crescimento nesse período não tenha sido excepcional. O Sr. Rodrigo comentou sobre a considerável dívida ativa do município e sobre as medidas para reduzi-la a partir de maior arrecadação de receita que, em sua opinião, obteve retorno, mas não o suficiente; em seguida questionou sobre as propostas da nova equipe para buscar recursos. O Sr. Jorge pediu a palavra, cumprimentou o Sr. Rodrigo, agradeceu o questionamento e declarou que o plano está sendo elaborado e que a primeira etapa é o programa de modernização tributária; comentou também que há uma análise da atual circunstância e que foi constatado que o grande problema do município é "não saber cobrar" e, por isso, existe a programação de um planejamento já para o ano de 2019. O Sr. Jorge menciona ainda que existe a possibilidade de a modernização ser realizada através de *software* ou outra maneira que auxilie na cobrança amigável das dívidas, como SMS, e-mail e telefonemas, a começar pela cobrança do IPTU, que é o mais fácil de fazer o levantamento. O Sr. Rodrigo retoma a fala e questiona sobre a paralização do recebimento de receitas referentes ao PAC em virtude da questão da irregularidade da certidão negativa do município, pedindo esclarecimentos acerca dos fluxos de verba proveniente do governo federal (se estão ocorrendo normalmente) e acerca do processo de regularização da CND. A palavra foi passada ao Sr. Eduardo Josapha, que cumprimentou a todos e informou que a maioria dos recursos provenientes do PAC estaria prevista na SANEBAVI e que não estão impedidos por falta de CND; além disso, o município encontra-se em dia com seus recolhimentos, o que pode ser consultado no sistema e-CAC da Receita Federal e, portanto, a respeito dos recursos do PAC, o representante da SANEBAVI poderia

esclarecer melhor, passando a palavra a ele. O Sr. Alberto Camargo informou que os projetos estavam sendo repactuados pela Caixa Econômica Federal e que ele não tinha o conhecimento se os mesmos já estavam aprovados. O Sr. Jorge solicitou a palavra e esclareceu que em virtude de algumas mudanças, foram necessárias negociações com três empresas e intervenções de terceiros, que já foram finalizadas; o mesmo está acontecendo com os recursos enviados à Prefeitura, pois a Caixa exigiu que as vias que serão pavimentadas tenham infraestrutura básica, como água e esgoto, para que os recursos sejam liberados. O Sr. Jorge afirmou ainda que o acompanhamento dessa questão está acontecendo diariamente e com dedicação. O Sr. Rodrigo Paixão rebateu, dizendo que o caso do "Jardim Florido" aconteceu da mesma maneira: houve atraso, em virtude da falta de instalação do sistema de infraestrutura por parte da Prefeitura, gerando revolta da população. O Sr. Rodrigo Paixão sugeriu, então, que as Secretarias de Fazenda e de Administração, juntamente com outros setores da Prefeitura, radicalizassem no que diz respeito à divulgação dessas informações à população, ou seja, que fossem apresentadas de maneira mais pautável, através de gráficos, detalhamentos e outros recursos inteligíveis, periodicamente. O Sr. Eduardo Josapha retomou a fala, comunicou que o novo sistema a ser utilizado nas audiências públicas conta com a possibilidade de divulgação das informações e, na sequência, apresentou o mesmo aos presentes, enfatizando os esquemas de gráficos e cores que facilitam a compreensão das informações expostas; o Sr. Eduardo Josapha informou ainda que o sistema é alimentado pelo mesmo arquivo XML que é encaminhado ao Tribunal de Contas. O Sr. Rodrigo Paixão questionou a alimentação do sistema, que não será em tempo real e o Sr. Eduardo Josapha respondeu que existe a intenção de se desenvolver esta possibilidade, mas que, por enquanto, será alimentado de tempos em tempos. O Sr. Eduardo Gelmi reforçou o questionamento sobre a alimentação do sistema e o Sr. Eduardo Josapha reiterou sua resposta, informando que, posteriormente, o Sr. Jorge faria uma explanação sobre as expectativas acerca do assunto. O Sr. Eduardo Gelmi mencionou o aumento da inadimplência por parte dos contribuintes e das empresas, gerada pela inflação, e mencionou a necessidade a elaboração de legislação de anistia diferente das apresentadas até o momento, a fim de recuperar efetivamente os recursos em vez de gera-los, que é o que tem ocorrido; o Sr. Eduardo Gelmi argumenta ainda que a anistia não beneficia os maus pagadores, já que a dívida seria paga com a devida correção, havendo a remissão apenas das altas multas. O Sr. Eduardo Gelmi citou ainda a importância de se aplicar essa legislação com espaços de tempo maiores, e a fim de minimizar a expectativa de facilidade de remissão da dívida por parte da população, como acontece atualmente. O Sr. Jorge se pronunciou no sentido de que existe o objetivo de se reelaborar esse tipo de legislação, salientando que, para isso, é necessário que haja um estudo minucioso do assunto, para que a cobrança seja eficiente e que os bons pagadores sejam reconhecidos. O Sr. Jorge informou também que pretende apresentar o projeto à Câmara para discussão e sugestões.



4

O Sr. José Carlos retomou a palavra e apresentou um quadro referente à evolução do valor adicionado referente à cidade de Vinhedo que, em 2017, chegou a cerca de R\$7 bilhões, representando um crescimento de 14,13%, enquanto o crescimento do Estado foi de 2,53%. O Sr. Gildo pediu a palavra e explicou que os índices de 2017 foram divulgados em 2018 para execução em 2019 e 2020 e, portanto, o efeito positivo só será percebido em 2020. O Sr. José Carlos retomou a palavra com o objetivo de encerrar a explanação referente às receitas do Município, apresentando o quadro com as empresas que mais adicionaram valor ao Município. O Sr. Jorge completou a fala do Sr. José Carlos, destacando a importância do acompanhamento contínuo da evolução dos números e mencionou visita à Volkswagen com o objetivo de discutir pontos que influenciam no desenvolvimento econômico de Vinhedo. O Sr. Gildo acrescentou que a Volkswagen é a principal empresa de Vinhedo, com R\$621 milhões de valor adicionado em 2017, explicando que o valor adicionado é o valor de todas as vendas, subtraindo as compras, ou seja, é o que foi agregado ao Município. O Sr. Gildo mencionou ainda que a perda de duas empresas, a Eurofarma em 2012, com valor agregado de R\$1 bilhão, e a Biolab, que se mudou para Minas Gerais em virtude do ICMS ser mais baixo do que em São Paulo, fez com que Vinhedo perdesse cerca de R\$950 milhões, o que representa aproximadamente 50% do valor agregado das outras empresas e, portanto, será preciso trabalho árduo a fim de trazer novas empresas para a cidade para compensar as grandes perdas. O Sr. Jorge comentou a importância da criação de um novo pilar econômico, além da Logística, como Tecnologia, a fim de o Município não depender tanto do Setor Logístico. O Sr. Eduardo Gelmi mencionou a empresa Unilever, que possui um ponto de distribuição em Vinhedo, enquanto os produtos são faturados em Louveira, gerando receita para Louveira, e comentou que Vinhedo deve fazer uma análise para que a vinda das empresas para Vinhedo seja verdadeiramente vantajosa; além disso, destacou a responsabilidade do Estado em reduzir a porcentagem de ICMS, o que está gerando migração das empresas para outros estados nos quais a alíquota é menor e, conseqüentemente, ameaçando a receita do estado de São Paulo e de seus municípios. O Sr. Jorge citou que esses números possuem bastante influência do Regime Especial do Estado, que expirou no mês de março, que influencia na vulnerabilidade de todos os envolvidos e que precisa ser acompanhado com empenho pelos municípios. Terminada a apresentação das receitas, o Sr. Eduardo Josapha iniciou a exposição da gestão fiscal (despesas em relação às receitas) e da dívida consolidada; começou apontando a variação de aproximadamente 68% da receita arrecadada e de cerca de 62% da despesa executada com relação ao previsto, o que denota controle dos gastos do poder público. O Sr. Eduardo Josapha apontou a previsão de despesas atualizada (R\$420.505.287,48) e as despesas liquidadas (R\$260.037.820,17), destacando a divisão da previsão da despesa entre Câmara Municipal (40,84%), Prefeitura (63,1%) e SANEBAVI (37,58%). O Sr. Eduardo Gelmi solicitou a palavra e questionou a respeito do poder de endividamento da SANEBAVI, levando em consideração a disponibilidade da verba do PAC; apontou

que a SANEBAVI executou várias obras no Município com o empréstimo do Governo Federal e ressaltou que isso não tem sido apresentado, gerando dúvidas quanto à capacidade de a SANEBAVI liquidar as dívidas adquiridas. O Sr. Alberto esclareceu que a questão foi apresentada na audiência da CPI, se ofereceu para efetuar o levantamento de todas as informações para encaminhá-las ao Sr. Eduardo Gelmi e reiterou que os valores estão dentro do administrável. O Sr. Eduardo Gelmi replicou que os documentos apresentados na CPI não são necessariamente os que deveriam ser apresentados à Câmara Municipal e solicitou que as referidas informações fossem demonstradas detalhadamente. O Sr. Eduardo Josapha retomou sua fala e expôs o resultado final que demonstra a necessidade de financiamento do Setor Público que, no caso, o resultado nominal de R\$45 milhões aponta que o Município não necessita de aporte de recursos de terceiros, demonstrando que a situação se autofinancia. O Sr. Eduardo Josapha citou ainda que o resultado nominal se baseia na ponderação do saldo até o dia trinta e um de dezembro de 2017 e o atual saldo das contas patrimoniais; apresentou também a dívida consolidada em dezembro de 2017 no valor de R\$101.325.232,95 e a dívida atual de R\$93.549.060,16, demonstrando a diminuição do endividamento. O Sr. Eduardo Gelmi alegou que a dívida não diminuiu o bastante e questionou o Sr. Jorge a respeito do que está incluído no valor de R\$93 milhões e quem são os credores da dívida; além disso, apontou que se a dívida fosse amortizada em partes de R\$7 milhões, que é a diferença entre a dívida de 2017 e a atual, esta se estenderia por vários mandatos da Prefeitura. O Sr. Eduardo Josapha esclareceu que o resultado apresentado já computa o mapa de Precatórios enviados pelo Tribunal de Justiça até julho do presente ano, apontou a atual dívida consolidada de aproximadamente R\$57 milhões, os passivos reconhecidos de cerca de R\$67 milhões que, somados à dívida fiscal líquida de R\$13,8 milhões, gera o resultado nominal de aproximadamente R\$45,8 milhões, reiterando a ausência da necessidade de recursos de terceiros para financiar a dívida e executar o orçamento. O Sr. Eduardo Josapha seguiu a apresentação dos quadros, enfatizando o esforço por parte do Município em economizar a fim de honrar o pagamento de suas dívidas, reitera o resultado primário de R\$34.972.824,99 referente às receitas e às despesas correntes, reforçando o *superávit* primário. Na sequência, o Sr. Eduardo Josapha expôs o quadro com o resumo da Gestão Fiscal que trouxe os percentuais da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo a receita líquida em agosto de 2018 no valor de R\$432,7 milhões, a despesa com pessoal representando 49,14% da receita corrente líquida (abaixo dos limites prudencial e tolerável) e a dívida consolidada líquida de R\$57,1 milhões (13,21% da receita corrente líquida). O Sr. Eduardo Josapha aponta que o Município poderia se endividar em até 120% da receita corrente líquida, ou seja, em até R\$519 milhões. O Sr. Eduardo Gelmi comentou que a cidade de Valinhos permanecerá endividada por muito tempo justamente pela possibilidade de contrair dívidas maiores que a receita e ponderou que isso não deveria poder acontecer, considerando a lei que respalda a prática absurda e

ressaltou a necessidade de não levar em consideração esse percentual em Vinhedo, a fim de controlar o endividamento. O Sr. Eduardo Josapha justificou a apresentação do percentual a título de comparação por dispositivo legal de responsabilidade fiscal e prosseguiu com a exposição, citando a inexistência de concessão de garantias, que poderia chegar a R\$95 milhões, se necessário. O Sr. Eduardo Josapha mencionou as operações de crédito de R\$711 mil, representando 0,16% dos R\$69,2 milhões que o Município poderia contrair como dívida em 2018, e a antecipação de receitas que poderia acontecer em até R\$30,3 milhões. O Sr. Eduardo Josapha declarou que as informações a serem transmitidas por dispositivo legal foram apresentadas, mencionou o encaminhamento de uma apresentação mais detalhada aos vereadores e se colocou à disposição para elucidar quaisquer dúvidas. O Sr. Eduardo Gelmi solicitou a apresentação dos gastos de 2017, o Sr. Eduardo Josapha se desculpou por não possuí-la naquele momento e se propôs a encaminhá-la posteriormente para a comparação desejada. Os Srs. Eduardo Gelmi e Edson PC indagaram a respeito da despesa com pessoal e os Srs. Eduardo Josapha e Gildo esclareceram os valores e porcentagens dos anos de 2017 e 2018, comparando-os com as diferentes receitas dos dois exercícios e com os índices prudencial e tolerável. O Sr. Edson PC questionou a redução de secretários e diretores que deveria ter resultado na redução do gasto com pessoal em questão de valores reais, independente da receita. O Sr. Eduardo Josapha justificou a diferença em virtude do reajuste salarial previsto por lei. O Sr. Edson PC reiterou o questionamento e o Sr. Gildo tomou a frente para esclarecer a dúvida e, com o auxílio do Sr. Jorge, explicou que a divergência se dá em virtude ao aumento próprio dos funcionários da Secretaria de Educação. O Sr. Edson PC rebateu, alegando a ação de austeridade retirou secretários, porém houve contratação de outros funcionários que representam o mesmo gasto com os secretários exonerados. O Sr. Eduardo Gelmi auxiliou no esclarecimento da situação, considerando o aumento de 1,98% e o gasto em 2017 de R\$208 milhões, que resultou nos R\$212 milhões gastos em 2018; dessa maneira, o gastos dos dois exercícios são equivalentes. Os Srs. Eduardo Josapha e Gildo reiteraram que os funcionários da Secretaria de Educação possuem outros reajustes (quinquênio e biênio). Ainda assim, o Sr. Edson PC insistiu no aumento em questão de valores reais, mencionou a redução de gastos com aluguéis e alegou que não houve diminuição efetiva de despesas com o Programa de Austeridade. O Sr. Eduardo Josapha se dirigiu ao Sr. Edson PC e afirmou que o relatório apresentado é o mais analítico possível. O Sr. Edson PC perseverou no questionamento e o Sr. Eduardo Josapha reiterou o cálculo demonstrado pelo Sr. Eduardo Gelmi e os outros aumentos para os servidores previstos em lei. O Sr. Eduardo Gelmi, por sua vez, considerou novamente a equivalência das despesas com pessoal em 2017 e 2018, porém julgou que, em números reais, não houve redução de folha de pagamento. O Sr. José Ferreira também buscou explicar os fatores mais uma vez, mas não obteve sucesso. O Sr. Eduardo Josapha informou que, caso não houvesse mais dúvidas, a apresentação de avaliação de metas

fiscais estava encerrada. O Sr. Jorge pediu a palavra e afirmou que a união entre as secretarias de Fazenda, de Indústria, Comércio e Agricultura e de Cultura e Turismo criará uma boa oportunidade de desenvolvimento, trazendo recursos para a cidade. O Sr. Jorge comentou também que a vinda de novas empresas para Vinhedo gerou um montante de cerca de R\$220 milhões de novos investimentos para a cidade e que, em breve, será anunciado o investimento em um centro de tecnologia no Município que contará com grandes clientes, colocando em prática um dos objetivos da gestão, que é estabelecer políticas públicas que atraiam esse tipo de empresa para a cidade, prestando um serviço importante, que são as plataformas *online*. O Sr. Jorge considerou ainda a importância da vinda de três outras grandes empresas para o Município, fazendo com que a Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura tenha um papel primordial no desenvolvimento de Vinhedo. O Sr. Jorge reforçou o empenho no processo de modernização tributária que trará bons resultados em 2019 e 2020, quando é prevista a melhora econômica, como mencionado anteriormente na sessão e agradeceu o apoio de todos. O Sr. Eduardo Gelmi mencionou o serviço de geoprocessamento realizado, considerando este um gasto sem retorno financeiro, por ter sido uma ferramenta mal utilizada, já que não houve regularização de cobrança de IPTU; em seguida, ressaltou a importância de ocorrer correções de impostos, em vez de aumentos, a fim de gerar maior arrecadação. O Sr. Eduardo Gelmi declarou sua esperança em ter suas solicitações atendidas pela SANEBAVI com o intuito de sanar rumores acerca da autarquia por ele apoiada e dirigiu-se ao Sr. Jorge reiterando seu pedido referente às informações sobre as dívidas; declarou ainda que deseja discutir as situações com objetivo de auxiliar na melhoria de diversas questões, dentro do que for verdadeiro e legal, colocando-se a disposição para isso. Feito isso, o Sr. Eduardo Gelmi abriu espaço para alguma consideração e o Sr. Edson PC se manifestou acerca da questão da locação de imóveis. Os Srs. Edson PC, Eduardo Gelmi, Eduardo Josapha e Jorge Torrezin fizeram comentários entre si e, na sequência, o Sr. Eduardo Gelmi mencionou a necessidade de transferir a palavra aos adversários inscritos; não havendo inscritos, cedeu o momento para questionamentos da plateia. Não havendo questionamentos, o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, Sr. Vereador Eduardo Gelmi, agradeceu a presença de todos os vereadores, do Sr. Secretário de Fazenda, Jorge Roberto Torrezin, e dos demais presentes, encerrando a sessão. Na sequência, o Diretor Contábil da Secretaria de Fazenda, Sr. Eduardo Josapha, abriu a apresentação da LOA, a ser protocolada na presente data, para análise e aprovação pela Câmara Municipal. Iniciou a explanação informando a previsão de receita para 2019 de R\$486.794.129,08, de R\$1 milhão para operação de créditos, de R\$30 mil para a alienação de bens, de R\$1,4 milhões para transferências de Capital e de R\$55,3 milhões para deduções do FUNDEB, resultando em R\$433.914.635,73 de receita prevista líquida para a Administração Direta, a ser utilizada pelos poderes Executivo e Legislativo, ou seja, sem incluir a SANEBAVI. Em seguida, o Sr. Eduardo Josapha apresentou a

discriminação de receitas para a Administração Indireta, representada pela SANEBAVI, sendo a receita corrente de R\$37.148.000,00, distribuída em Receita de Contribuição (R\$24 mil), Receita Patrimonial (R\$600 mil) e Receita de Serviços R\$34.012.000,00, Outras Receitas Correntes R\$2.512.000,00 e Receitas de Capital de R\$10.106.000,00, divididas em Operações de Crédito (R\$7,4 milhões), Alienação de Bens (R\$6 MIL) e Transferências de Capital (R\$2,7 milhões), totalizando em uma Receita Líquida de R\$47.254.000,00. Posteriormente, o Sr. Eduardo Josapha apresentou um gráfico referente à evolução das receitas no período de 2012 a 2018, descontada a inflação, que se estabilizou entre 2013 e 2015, retomando o crescimento em 2016. Em seguida, apresentou um gráfico relativo à distribuição das receitas, compostas majoritariamente, pelas Transferências Correntes (68%, que incluem ICMS e FPM), seguida pela Receita Tributária (20%). Na sequência, apresentou a relação de obras planejadas para 2019, divididas entre a Câmara Municipal, o Poder Executivo (por secretarias) e a SANEBAVI. Logo depois, apresentou as despesas alocadas por unidade orçamentária, sendo R\$6.896.686,16 para a Secretaria Municipal de Governo, R\$2.186.371,01 para a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, R\$2.037.183,45 para a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, R\$11.359.143,22 para a Secretaria Municipal da Administração, R\$4.152.396,36 para a Secretaria Municipal da Fazenda, R\$5.908.917,12 para a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, R\$150.775.000,00 para a Secretaria Municipal de Educação, R\$8.596.558,91 para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, R\$116.125.378,43 para a Secretaria Municipal de Saúde, R\$40.264.806,05 para a Secretaria Municipal de Serviços Municipais, R\$24.331.552,13 para a Secretaria Municipal de Transporte e Defesa Social, R\$685.422,10 para a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, R\$6.684.752,48 para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, R\$6.920.349,92 para a Secretaria Municipal de Obras, R\$1.227.463,04 para a Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Agricultura, R\$7.302.721,78 para o Fundo Municipal da Assistência Social, R\$802.528,22 para a Controladoria Geral do Município, R\$10.827.600,00 para a Câmara Municipal de Vinhedo, R\$47.254.000,00 para a SANEBAVI, R\$ 22.490.659,00 para Encargos Gerais do Município e R\$4.339.146,35 para Reserva de Contingências (1% da receita corrente líquida da Administração Direta), totalizando R\$481.168.635,73 de orçamento fiscal. O slide seguinte reanimou a discussão a respeito da folha de pagamento, que logo cessou. O último slide representou a distribuição das despesas, sendo as da Secretaria de Educação equivalentes às das outras secretarias, com exceção da Saúde. O Sr. José Ferreira se apossou da palavra, agradeceu a presença de todos e questionou se algum dos vereadores possuía dúvidas ou sugestões a fazer. O Sr. Eduardo Gelmi considerou a apresentação sintética e o Sr. Eduardo Josapha informou que os anexos demonstrarão as despesas mais detalhadamente. O Sr. Eduardo Gelmi aproveitou o ensejo e solicitou a elaboração dos anexos para apresentação também da LDO, a fim de auxiliar no momento da votação. O Sr. José Ferreira

registrou a ausência de inscritos na plateia para formalizar sugestões, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência. Encerrada a Audiência Pública. Por ser verdade, firmo a presente ata.



Eduardo Josapha  
Diretor Contábil - SEFAZ  
CRC 1SP231523/0-7